



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO**

**EDITAL 002/2022
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO - TURMA 2023/1**

A Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) faz saber aos interessados que, no período das **10h do dia 18 de julho de 2022 até as 23h59min do dia 29 de agosto de 2022**, estarão abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd), Curso de Doutorado, para turmas com início em 2023/1º semestre. O presente edital atende o cumprimento às Leis Estaduais nº. 6.914/2014 e nº. 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de Pós-graduação, Mestrado, Doutorado e Especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. Os candidatos que optarem por concorrer pelo sistema de cotas deverão observar os prazos estabelecidos no calendário constante no item 7 deste edital.

I. VAGAS E CANDIDATOS:

1.1 Serão oferecidas 36 vagas para o curso de Doutorado, destinadas aos portadores de diploma de Mestrado, obtido em curso credenciado pela CAPES. Os portadores do diploma de Mestrado obtido no exterior deverão apresentar o título revalidado por instituição brasileira credenciada para este fim. Destas vagas, 30% serão destinadas às inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6.959/2015, distribuídas em três diferentes estratos, a saber:

- a) **12% vagas** para estudantes graduados negros e indígenas;
- b) **12% vagas** para graduados da rede pública e/ou privada de ensino superior que tenha recebido financiamento público;
- c) **06% vagas** para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
- d) Aplica-se, no que for cabível, o disposto no Art. 5º da Lei.
- e) **As orientações específicas para concorrer às vagas reservadas aos grupos de cotas estão especificadas no ANEXO III deste edital.**

O total de vagas oferecidas, incluindo as vagas destinadas às inscrições por cotas, serão distribuídas de acordo com o quantitativo oferecido pelas Linhas de Pesquisas.

1.2 Todos os candidatos serão submetidos a processo seletivo único.

1.3 O preenchimento do total das vagas oferecidas no edital dependerá da existência de candidatos aprovados em número suficiente para tanto.

1.4 Na hipótese de constatação de declaração falsa na inscrição amparada pelo regime de cotas, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido aprovado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao Programa, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. A documentação poderá ser enviada ao órgão competente para apuração da existência de crime, nos termos da legislação penal vigente, conforme consta do ANEXO III deste edital.

1.5 A Coordenação do Programa reserva-se o direito de:

- a) Proceder ao remanejamento entre linhas de pesquisa/orientadores/áreas de concentração de candidato aprovado na seleção, desde que haja acordo entre o candidato e os orientadores.
- b) Remanejar para a demanda geral as vagas destinadas ao sistema de cotas, quando em face da ausência de inscrições ou não preenchimento após a conclusão do processo de seletivo.

1.6 A disponibilidade de vagas, por linhas de pesquisa e professores, encontra-se no Anexo I.

1.7 A lista dos projetos dos professores com a disponibilidade de vaga para orientação de Doutorado encontra-se no Anexo II deste edital.

II. DA INSCRIÇÃO:

2.1 Período e processo das inscrições:

- a) As inscrições, para todos os candidatos, inclusive aqueles que optarem pela seleção por cotas, serão realizadas no período de **10h do dia 18 de julho até as 23h59min do dia 29 de agosto de 2022**.
- b) As inscrições serão realizadas pela Internet, no endereço www.proped.pro.br/selecao/
- c) Dúvidas, esclarecimentos ou informações deverão ser enviadas para o email da comissão: comissao_doutorado@proped.pro.br
- d) Os candidatos terão acesso ao formulário de inscrição, clicando em “Inscrições Doutorado”. Em seguida, deverão observar as instruções subsequentes.
 - d.1) Preenchido o formulário de inscrição por completo (dados pessoais e acadêmicos), o candidato visualizará, na mesma página de inscrição, o link de acesso ao site do CEPUERJ para geração de boleto de pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 100,00 (cem reais).
 - d.1.2) Os candidatos que pleiteiam as vagas referentes ao sistema de cotas deverão, neste mesmo formulário de inscrição, declarar sua opção por esse sistema e explicitar a qual dos estratos de cotas se candidatam, em conformidade com o disposto no item I deste edital.
 - d.1.3) O candidato ao sistema de cotas poderá solicitar isenção do pagamento de inscrição e na ficha de inscrição, aba *uploads*, inserir como documento o boleto.
 - d.1.3.1) O candidato que receber o deferimento de sua solicitação deverá encaminhá-la para o e-mail da Comissão de Seleção de Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br), conforme data fixada no Calendário Relativo ao Processo de Ingresso pelo Sistema de Cotas.
 - d.1.4) O candidato que não obtiver o deferimento de sua solicitação deverá realizar o pagamento da inscrição e enviar o comprovante para o e-mail da Comissão de Seleção de Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br) no prazo estabelecido no item 6.2.f deste edital. O não pagamento implicará na sua eliminação do processo seletivo.
- e) Os candidatos deverão efetuar o envio de **todos os documentos** listados no item 2.2, escaneados em formato PDF, em arquivo único, **por tipo de documento**, em links específicos no seu formulário de inscrição, disponíveis após preenchimento dos dados acadêmicos (aba *uploads*).
- f) O candidato deverá informar, na ficha de inscrição, a Língua Estrangeira, a saber: Inglês, Espanhol ou Francês. Aqueles candidatos que não apresentem a comprovação de aptidão em Língua Estrangeira do Mestrado, conforme o subitem K do item 2.2, deverão informar as duas Línguas Estrangeiras escolhidas. Não haverá alteração de opção de Língua Estrangeira após o encerramento de inscrições.

No ato da inscrição, o candidato deverá indicar o projeto de pesquisa ao qual pretende se vincular, conforme Anexo II deste edital.

2.2 Documentação exigida:

Todos os documentos listados devem ser escaneados em formato PDF, em arquivo único por tipo de documento, e enviados através de links específicos disponíveis na área de inscrições online (ficha de inscrição, aba *uploads*). **Não serão aceitas pendências ou justificativas de qualquer natureza para a falta de algum dos itens abaixo:**

- a) Projeto de Tese, indicando o projeto de pesquisa ao qual pretende se vincular.
- b) Currículo no formato Lattes com a produção dos últimos 5 anos.
- c) Documentos comprobatórios do Currículo Lattes (em um único arquivo organizado a partir dos blocos a seguir: 1. Produção acadêmica, 2. Produção técnica e experiência em pesquisa, 3. Experiência profissional).
- d) Memorial Acadêmico.
- e) **Frente e verso** do diploma de graduação (em um único arquivo).
- f) **Frente e verso** do diploma de Mestrado ou certidão de conclusão de curso de Mestrado validada pela instituição emissora (em um único arquivo).

- g) Histórico escolar de conclusão do Mestrado, assinados por autoridades da instituição emissora.
Não serão aceitos demonstrativos de desempenho escolar ou boletins emitidos pela internet.
- h) Declaração com a data da sessão de defesa e dados do reconhecimento do curso, caso estas informações não constem do histórico escolar ou da certidão de conclusão do curso de Mestrado.
- i) Documento de identidade ou carteira de habilitação.
- j) CPF, caso esta informação não conste na carteira de identidade ou na carteira de habilitação.
- k) Documento comprobatório para isenção de Língua Estrangeira, quando o resultado do exame não constar no histórico escolar do curso de Mestrado, conforme os termos do item 3.2 deste edital.
- l) Declaração de autenticidade dos documentos enviados firmados de próprio punho pelo candidato ou por meio de certificação digital em seu nome.
- m) Boleto do CEPUERJ com o comprovante de pagamento.
- n) Para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas estabelecido nas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6.959/2015:

2.2.1 Atender às instruções específicas do ANEXO III - INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS. Os candidatos devem estar atentos aos prazos estabelecidos no item VII, 7.2, deste edital.

Dúvidas, esclarecimentos ou informações adicionais deverão ser enviadas para o email da comissão: comissao_doutorado@proped.pro.br

2.3 Candidatos com diplomas emitidos por instituições de ensino superior no exterior:

- 2.3.1. Os portadores do diploma de Mestrado obtido no exterior deverão apresentar o título revalidado por instituição brasileira credenciada para este fim.
- 2.3.2. Candidatos estrangeiros deverão enviar, por *upload*, cópia do diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol; e original e cópia do passaporte válido com visto de entrada no Brasil, se cabível.
- 2.3.3. Candidatos brasileiros com diploma de graduação plena emitido no exterior deverão enviar, por *upload*, diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol.
- 2.3.4. Folha de identificação de validade do Passaporte juntamente com a folha de visto de entrada no Brasil, se cabível.
- 2.3.5. Para o caso de inscrição feita do exterior, passaporte válido autenticado pelo Consulado Brasileiromais próximo.

2.4. Resultado da Inscrição:

- 2.4.1. A inscrição dos candidatos no processo seletivo para o Programa de Pós-graduação em Educação(ProPEd) só será confirmada após verificação da documentação apresentada.
- 2.4.2. O resultado da inscrição será divulgado no dia **06 de setembro de 2022, a partir das 16h**, por meio do site www.proped.pro.br/selecao/, aba “Resultados”, em uma listagem constando número da inscrição e a menção “**inscrição homologada**” ou “**inscrição não homologada**”. O resultado da inscrição também comunicado, individualmente, por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado.
- 2.4.3. Os candidatos que não anexarem toda a documentação exigida no item 2.2 (e 2.3, no caso de estrangeiros) não terão a inscrição homologada e serão eliminados do processo seletivo.
- 2.4.4. **Não serão homologadas inscrições com qualquer pendência na documentação.**

III. PROCESSO SELETIVO:

3.1 O processo seletivo será constituído das seguintes etapas obrigatórias:

- a) Análise do Projeto de Tese e do Memorial Acadêmico pela Comissão de Seleção de Doutorado e

pelo orientador indicado pelo candidato (caráter eliminatório).

a.1) Os projetos serão avaliados de acordo com (i) sua adequação ao projeto de pesquisa do orientador e da Linha de pesquisa para a qual se candidata; (ii) sua coerência; (iii) seu rigor argumentativo; e (iv) sua adequação teórico-metodológica. (Consultar os projetos dos orientadores no ANEXO II)

a.2) Na avaliação do Memorial Acadêmico será considerada a qualidade da escrita e a compatibilidade da trajetória do candidato com a Linha de pesquisa para a qual se candidata e com o projeto de pesquisa do orientador escolhido.

b) Arguição oral do Projeto de Tese (de caráter eliminatório). A arguição será feita remotamente por link a ser enviado aos candidatos selecionados pela Comissão de Seleção do Doutorado. Em caso de queda de rede de internet no dia agendado para a defesa será possível a remarcação para outra data acordada entre a banca de seleção e o candidato. **TODAS AS DEFESAS SERÃO GRAVADAS e arquivadas pelo ProPEd.**

b.1) O acesso ao link só poderá ser feito no horário previamente marcado.

b.2) A avaliação da arguição remeterá aos mesmos critérios de avaliação do item a.1.

b.3) O candidato com deficiência auditiva/surdez terá direito a intérprete de LIBRAS durante a arguição.

c) Avaliação, pela Comissão de Seleção de Doutorado e pelo orientador indicado pelo candidato, do Currículo Lattes (caráter classificatório):

c.1) Só serão consideradas para efeito de pontuação as informações contidas no Currículo Lattes, acompanhadas de documentação comprobatória referente aos últimos 5 anos.

c.2) Na avaliação do Currículo Lattes serão considerados os seguintes aspectos: produção acadêmica, experiência em pesquisa e experiência profissional na área.

3.2 A prova de Língua Estrangeira será realizada APENAS para os efetivamente aprovados e matriculados no curso em 2023, em data a ser definida pela Coordenação do ProPEd, durante o ano letivo de 2023.

3.2.1 A isenção em Língua Estrangeira só será concedida ao candidato que solicitá-la no formulário de inscrição, inserindo a documentação comprobatória necessária.

3.2.2 Serão aceitas isenções de todas as Línguas Estrangeiras.

3.2.3 Poderão solicitar isenção em provas de Língua Estrangeira:

3.2.3.1 Candidato que tenha comprovante de aprovação em prova de Língua Estrangeira em concurso feito para curso de Mestrado credenciado pela CAPES. Quando não comprovado em histórico escolar, o documento comprobatório deverá ser apresentado no ato da inscrição, em conformidade com os termos da alínea “k” do item 2.2 deste edital.

3.2.3.2 A isenção da(s) Prova(s) de Língua Estrangeira não será automática e dependerá de homologação da Comissão de Seleção de Doutorado, que será realizada no exame da documentação apresentada. **O resultado do pedido de isenção será publicado com o resultado da homologação do pedido de isenção da língua estrangeira.**

3.2.3.3 Candidatos estrangeiros prestarão adicionalmente exame de proficiência em Língua Portuguesa, exceto para os oriundos de países lusófonos.

3.2.3.4 Candidatos estrangeiros que comprovarem, por meio da obtenção do Certificado de Excelência em Língua Portuguesa (CELP), proficiência no uso da língua estarão isentos da prova de proficiência em Língua Portuguesa.

3.2.3.5 A prova de Língua Estrangeira será realizada em 2023, em data a ser definida pela Coordenação do ProPEd.

3.2.4 Objetivo e Critérios

3.2.4.1 A prova de Língua Estrangeira terá por objetivo avaliar a proficiência instrumental em duas Línguas Estrangeiras. As provas terão duração máxima de 02 (duas) horas e 30 (trinta) minutos, sendo permitida somente a utilização de dicionário trazido pelo próprio candidato. O candidato que necessitar fazer a prova de proficiência em duas Línguas Estrangeiras terá o prazo máximo de 05 (cinco) horas para a realização, em sequência, das

duas provas.

3.2.4.2 Será considerado aprovado na(s) prova(s) de Língua Estrangeira, o candidato que obtiver em cada uma a menção **apto**.

3.2.4.3 O candidato que obtiver a menção não apto na(s) prova(s) de Língua Estrangeira poderá realizar novo exame dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua realização;

3.2.4.4 Caso obtenha nova reprovação na(s) prova(s) de Língua Estrangeira, o candidato será desligado do curso;

3.2.4.5 Candidato estrangeiro que não obtiver a menção **apto** no exame de proficiência em Língua Portuguesa será eliminado do processo seletivo.

IV. CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS:

a) Será considerado aprovado, para a continuidade do processo seletivo, o candidato que obtiver a menção **apto** na etapa eliminatória de avaliação do Projeto de Tese e do Memorial Acadêmico, conforme item 3.1 item a;

b) Será atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) na avaliação oral do Projeto de Tese;

c) Será atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) na análise conjunta do Currículo Lattes com o Memorial;

d) Será considerado aprovado, na avaliação oral do Projeto de Tese e na análise do Currículo Lattes, o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete);

e) Do resultado das etapas **b** e **c** (atendidas a exigência de nota mínima) será extraída uma média final ponderada com peso 6 (seis) para a avaliação oral (arguição) do Projeto de Tese e peso 4 (quatro) para a análise conjunta do Currículo Lattes com o Memorial Acadêmico;

f) A média final mínima para a aprovação no processo seletivo será 7,0 (sete). O candidato poderá ser aprovado, mas não classificado;

g) A classificação final dos candidatos será divulgada por ordem decrescente da média final obtida pelo candidato, no projeto de pesquisa ao qual indicou vinculação; observando a destinação de 30% das vagas oferecidas por linha de pesquisa para os candidatos aprovados pelo sistema de cotas.

g.1) Não havendo entrada de candidatos aprovados pelas cotas, as vagas serão preenchidas, obedecendo a classificação geral.

h) Em caso de empate entre os candidatos, a classificação será decidida com base nos seguintes critérios:

h.1) Será dada prioridade de matrícula ao candidato que comprove ter renda familiar inferior a dez salários mínimos, ou ao de menor renda familiar, segundo a Lei Estadual nº. 8.469 de 15 de julho de 2019.

h.2) O mais idoso terá precedência, segundo o Estatuto do Idoso.

h.3) Maior nota na avaliação oral (arguição) do Projeto de Tese.

h.4) Maior nota na análise do Currículo Lattes.

i) Caso não haja candidatos aprovados entre os concorrentes a um mesmo projeto de pesquisa, candidatos aprovados concorrentes a outros projetos de pesquisa poderão ser remanejados à critério da Comissão de Seleção de Doutorado, respeitada sua classificação, sob primazia do critério de compatibilidade acadêmico-conceitual, expressa anuência das partes envolvidas e aprovação do Colegiado do ProPED.

V. MATRÍCULA:

5.1 Os candidatos aprovados e selecionados terão direito à matrícula, em data a ser definida oportunamente e comunicada pelo ProPED, respeitados os limites das vagas estabelecidas por projeto e linha de pesquisa neste edital.

5.2 Para efetivar sua matrícula, o candidato deverá:

a) Fazer *upload* de uma foto 3x4 recente em sua ficha de inscrição (aba *uploads*).

b) Imprimir o formulário de matrícula em sua página de inscrição, no sítio

- c) Apresentar à Secretaria do ProPEd, em data e horário a ser definido e informado posteriormente, pelo site do ProPEd (www.proped.pro.br), e por e-mail da secretaria, os **documentos originais**:
- c.1) Diploma de **Mestrado, com data da defesa**, e indicação de reconhecimento do curso. Todos os documentos deverão estar validados pela instituição emissora;
 - c.1.1) No caso de a indicação de reconhecimento do curso não constar do diploma, o candidato precisará solicitar uma declaração à Instituição emissora do documento em que conste essa data.
 - c.2) Histórico escolar completo do Mestrado, validado pela instituição emissora;
 - c.2.1) Caso o candidato ainda não seja portador de seu diploma de Mestrado, será permitida a inscrição e matrícula, desde que apresente a certidão de conclusão do Mestrado, com data da defesa, indicação de reconhecimento do curso e histórico escolar oficial completo.
 - c.3) Carteira de identidade ou carteira de habilitação.
 - c.4) Cartão/comprovante de CPF, caso este dado não conste da carteira de identidade.
 - c.5) 01 (uma) foto 3x4.
- 5.3 A Coordenação do ProPEd informará aos candidatos, pelo site <http://www.proped.pro.br>, e por e-mail enviado pela Secretaria do ProPEd, os procedimentos a serem adotados para a entrega dos documentos.
- 5.4 Em caso de desistência da matrícula ou de desclassificação por não apresentação da documentação original, poderão ser convocados outros candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação no projeto de pesquisa em que se deu a desistência. A data para a reclassificação encontra-se estabelecida no calendário deste edital.

VI. CALENDÁRIO:

6.1 CALENDÁRIO GERAL

a) INSCRIÇÕES

Data: **18 de julho (10h) a 29 de agosto de 2022 (23h59).**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

b) RESULTADO DA INSCRIÇÃO

Data: **31 de agosto de 2022 após as 16h.**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado

c) RECURSO AO RESULTADO DA INSCRIÇÃO

Data: **01 e 02 de setembro de 2022 até as 23h59.**

Local: na página de inscrição do candidato, site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

d) RESPOSTA AOS RECURSOS DO RESULTADO DA INSCRIÇÃO

Data: **06 de setembro de 2022 após as 16h.**

Local: na página de inscrição do candidato, site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

e) RESULTADO DA ANÁLISE DO PROJETO DE TESE E MEMORIAL

Data: **19 de setembro de 2022 após as 16:00h.**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: <http://www.proped.pro.br/selecao/>

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado.

f) RECURSO AO RESULTADO DA ANÁLISE DO PROJETO DE TESE E MEMORIAL

Data: **20 e 21 de setembro de 2022 até as 23h59.**

Local: na página de inscrição do candidato, site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/.

g) RESPOSTA AOS RECURSOS DA ANÁLISE DO PROJETO DE TESE E MEMORIAL

Data: **23 de setembro de 2022 após as 16h.**

Local: na página de inscrição do candidato, site do Programa de Pós-graduação em Educação:
www.proped.pro.br/selecao/

h) DIVULGAÇÃO DAS DATAS DA ARGUIÇÃO ORAL DO PROJETO, MEMORIAL E DO CURRÍCULO

Data: **30 de setembro de 2022 após as 16:00h.**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado.

i) ARGUIÇÃO ORAL DO PROJETO DE TESE, MEMORIAL E DO CURRÍCULO

Data: **19 de outubro a 18 de novembro de 2022.**

Horário: a ser comunicado no site do Programa de Pós-graduação em Educação:
www.proped.pro.br/selecao/

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado.

Local: **O LINK SERÁ ENVIADO AO CANDIDATO POR EMAIL PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO DO DOUTORADO.**

j) RESULTADO DA ARGUIÇÃO ORAL DO PROJETO DE TESE, DO MEMORIAL E DO CURRÍCULO

Data: **25 de novembro de 2022 após as 16h.**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: <http://www.proped.pro.br/selecao/>

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado

k) RECURSOS AO RESULTADO DA ARGUIÇÃO ORAL DO PROJETO DE TESE, DO MEMORIAL E DO CURRÍCULO

Data: **28 e 29 de novembro de 2022 até as 23h59.**

Local: na página de inscrição do candidato, site do Programa de Pós-graduação em Educação:
www.proped.pro.br/selecao/

l) RESPOSTA AO RECURSO DA ARGUIÇÃO ORAL DO PROJETO DE TESE, DO MEMORIAL E DO CURRÍCULO

Data: **01 de dezembro de 2022 após as 16h.**

Local: na página de inscrição do candidato, site do Programa de Pós-graduação em Educação:
www.proped.pro.br/selecao/

m) DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Data: **09 de dezembro de 2022 após as 16h.**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: <http://www.proped.pro.br/selecao/>

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado

n) DIVULGAÇÃO DA RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS

Data e local: a ser definida posteriormente e divulgada no site do ProPEd (www.proped.pro.br/selecao/) e por email enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br).

o) APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS ORIGINAIS PARA O ATESTE PELOS CLASSIFICADOS E RECLASSIFICADOS

DADA A EXCEPCIONALIDADE DO MOMENTO, OS PROCEDIMENTOS SERÃO INFORMADOS POSTERIORMENTE PELA SECRETARIA DO ProPEd.

6.2. CALENDÁRIO RELATIVO AO PROCESSO DE INGRESSO PELO SISTEMA DE COTAS:

Além de atender aos prazos do calendário geral, os candidatos à seleção por cotas devem ficar atentos aos prazos específicos. Aqueles que solicitarem isenção do pagamento de inscrição, no caso de

indeferimento, deverão efetuar o pagamento da taxa de inscrição para continuarem participando do processo seletivo, conforme estabelecido na alínea “c.1.4” do item III.

a) PERÍODO DE ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE COTAS PARA OS CANDIDATOS SELECIONADOS PARA A ARGUIÇÃO. Consultar o Anexo III

Data: **23 a 27 de setembro de 2022 até as 23h59.**

O candidato que, no ato da inscrição, optou por concorrer ao sistema de cotas, **receberá um e-mail específico da Comissão de Seleção do Doutorado informando como deverá proceder para fazer o upload dos documentos.** Esse e-mail será divulgado apenas para aqueles que tiverem sua inscrição homologada.

b) DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS

Data: **26 de outubro de 2022 após as 16h.**

Local: Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br).

c) RECURSOS DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS

Data: **27 e 28 de outubro de 2022 até as 23h59.**

Local: Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br).

d) RESPOSTA AOS RECURSOS DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS

Data: **21 de novembro de 2022 após as 16h.**

e) PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS COM PEDIDO INDEFERIDO NA SITUAÇÃO COTISTA

Data: **22 a 25 de novembro de 2022**

Na página da inscrição, o candidato encontrará o link do CEPUERJ, de modo que possa gerar boleto e pagar a taxa de inscrição no valor de R\$100,00 (cem reais).

f) PRAZO PARA ENVIO DO COMPROVANTE DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS CANDIDATOS PELO SISTEMA DE COTAS CUJA SOLICITAÇÃO FOI INDEFERIDA.

Data: **de 22 a 29 de novembro de 2022, até às 23h59min**, na página de inscrição do candidato, site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

OBS. O candidato que não enviar o comprovante exigido no item 6.2.f será eliminado do processo seletivo

VII. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1 A inscrição do candidato implicará conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, não sendo aceita a alegação de desconhecimento.
- 7.2 Os históricos escolares devem ser validados pela instituição expedidora.
- 7.3 A defesa do Projeto de Pesquisa por meio remoto poderá ser remarcada 02 vezes para o caso de acontecer queda de sinal no dia de sua realização. Caso o problema persista, a Banca Examinadora poderá fazer a chamada por vídeo pelo aplicativo *WhatsApp* ou similar para realizar a arguição.
- 7.4 O exame de seleção só terá validade para Curso que será iniciado no primeiro semestre de 2023.
- 7.5 Caso haja desistência do candidato aprovado após o início oficial das atividades didático-pedagógicas, fora do calendário de reclassificação, serão chamados, em ordem de classificação, os candidatos aprovados e não classificados, até a sexta semana do início do período letivo. Transcorrido esse período, mesmo que haja alguma desistência, os candidatos não serão mais chamados.
- 7.6 O Programa não se responsabilizará pelo ressarcimento de quaisquer custos arcados pelo candidato

cuja inscrição não seja homologada pelo descumprimento do especificado no item 3.2, por falta a uma das etapas, desistência durante o processo e/ou qualquer outra circunstância.

- 7.7 A Comissão de Seleção é composta por 05 (cinco) docentes e 05 (cinco) suplentes, os quais se encarregarão de elaborar, acompanhar e avaliar todo o processo de seleção, bem como decidir por quaisquer questões pertinentes ao referido processo.
- 7.8 A Comissão de Seleção poderá, a seu critério, convocar outros membros do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ para participar das etapas de seleção.
- 7.9 O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ deverá dispor sobre a homologação do resultado final da seleção, sob instrução e relato da Comissão de Seleção.
- 7.10 A Comissão de Seleção reserva-se o direito de alterar o calendário, desde que não interfira nas etapas referentes à cotas, diante de circunstâncias que assim o justifiquem, dando ciência aos interessados, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa (www.proped.pro.br/selecao/), e por e-mail da Comissão de seleção enviado aos candidatos.
- 7.11 O calendário pode ser alterado pelo DEPG, no que concerne aos resultados de análise e recursos de cota em função do número de candidaturas de cotistas. Qualquer alteração do calendário deve ser amplamente divulgada a todos os interessados, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa (www.proped.pro.br/selecao/), e por e-mail da Comissão de seleção enviado aos candidatos.
- 7.12 A documentação original ou cópia autenticada anexada no momento da inscrição pelos candidatos selecionados no processo seletivo deverá ser apresentada em data a ser definida posteriormente pela Coordenação do ProPEd. A ausência ou não comprovação de qualquer documento implicará na eliminação do candidato, possibilitando convocação do próximo classificado da lista dos aprovados.
- 7.13 Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ.
- 7.14 As gravações das arguições dos candidatos classificados e não classificados no processo seletivo serão armazenadas pelo ProPEd por um prazo não superior a 90 (noventa) dias, a contar da divulgação do resultado final da seleção. Após esse prazo, as gravações serão apagadas.
- 7.15 Os recursos deverão ser solicitados pela página de inscrição do candidato, no site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/. **Não serão aceitos recursos encaminhados por outras vias.**
- 7.16 A Coordenação do Programa é responsável pela gerência administrativa e de infraestrutura do processo de seleção.
- 7.17 Qualquer informação que não constar no presente edital deverá ser enviada para o e-mail da Comissão de Doutorado, divulgado neste edital e no site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br

VIII. ENDEREÇO PARA INFORMAÇÕES:

Site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br

E-mail: secretaria@proped.pro.br

Email: comissao_doutorado@proped.pro.br

Rio de Janeiro, XX de XXX de 2022.

Talita Vidal Pereira

Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ

ANEXOS

Anexo I: **QUADRO DE VAGAS POR LINHA DE PESQUISA**

Anexo II: **LISTA DE PROJETOS**

Anexo III: **INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS**

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS POR LINHA DE PESQUISA

Linha: “Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais”

Professores	Vagas
Alexandra Garcia	01
Ana Karina Brenner	01
Fernando Altair Pocahy	02
Jane Paiva	01
Mailsa Passos	01
Nilda Alves	02
Rosemary dos Santos	01
Total	09

Linha: “Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura”

Professores	Vagas
Alice Ribeiro Casimiro Lopes	02
Elizabeth Fernandes de Macedo	02
Raquel Goulart Barreto	01
Rita de Cássia Prazeres Frangella	02
Rosanne Evangelista Dias	02
Siomara Borba	01
Talita Vidal Pereira	01
Total	11

Linha: “Educação Inclusiva e Processos Educacionais”

Professores	Vagas
Annie Gomes Redig	01
Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter	02
Flávia Barbosa Dutra	01
Flávia Faissal de Souza	02
Luiz Antonio Gomes Senna	02
Rosana Glat	01
Total	09

Linha: “Infância, Juventude e Educação”

Professores	Vagas
Dilton Ribeiro do Couto Junior	01
Lisandra Ogg Gomes	01
Rita Ribes Pereira	01
Walter Omar Kohan	01
Total	04

Linha: “Instituições, Práticas Educativas e História”

Professores	Vagas
José Gonçalves Gondra	01
Lia Ciomar Faria	01
Maria Celi Chaves Vasconcelos	01
Total	03
Total Geral	

ANEXO II

LISTA DE PROJETOS

COORDENAÇÃO: ALEXANDRA GARCIA

DIÁLOGOS ESCOLAS-UNIVERSIDADE: PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE E A PRODUÇÃO DOS CURRÍCULOS NOS COTIDIANOS

O atual Projeto "DIÁLOGOS ESCOLAS-UNIVERSIDADE: PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE E A PRODUÇÃO DOS CURRÍCULOS NOS COTIDIANOS", desenvolve-se na área de currículo, cotidiano e formação de professores. Entende o cotidiano e as experiências vividas como centrais para o estudo dos processos e múltiplos contextos com os quais nos tornamos professores. São objetivos desse projeto investigar processos formativos e experiências em Formação docente que articulem escolas e universidade e apontem caminhos para desconstruir representações demeritórias sobre escola e docência. A partir da articulação entre o projeto de extensão em andamento e os resultados da primeira da pesquisa, pretende-se levantar experiências com processos formativos que articulem os saberes da universidade e outros espaços sociais educativos de atuação docente, sobretudo as escolas, buscando propostas que operem princípios de horizontalidade, dialogicidade e de produção mais coletiva e solidária dos saberes. Visa produzir conhecimentos que contribuam para a formação de professores para a justiça social, produzindo caminhos teóricos-metodológicos com os currículos para aprendizagens mais coletivas e solidárias diante das imprevisibilidades, heterogeneidades e complexidade dos cotidianos escolares. Dentre os métodos priorizados para o desenvolvimento da pesquisa, adotamos estratégias de estudo e intervenção que incluem rodas de conversa que priorizam as redes de produção de saberes entre os professores. Entendemos que o estudo das narrativas produzidas nas conversas com alunos e professores contribui para a desinvisibilização das invenções das práticas e sentidos de docência. Para tanto, temos trabalhado em diálogo com as noções de singularidade (NEGRI, 2003), sentido e presença (GUMBRECHT, 2010) e as reflexões sobre o pensamento abissal e a ecologia dos saberes (SANTOS, 2010).

COORDENAÇÃO: ALICE RIBEIRO CASIMIRO LOPES
TRADUZINDO A BNCC: O CASO DO ENSINO MÉDIO

Por meio da teoria do discurso e do enfoque desconstrucionista, tenho atuado na luta política tentando desconstruir hegemonias curriculares, desestabilizar estruturas fixadas, universalizadas e universalizantes, que visam a um suposto “projeto perfeito e redentor” de currículo e, por conseguinte, de educação, capaz de incluir a todos sem conflitos. Como parte deste trabalho teórico-estratégico, busco problematizar o discurso de que um universal igual para todos possa ser alcançado ou mesmo que seja desejável. Defendo que tal universal é sempre a representação de um particular que só pode se universalizar por meio de uma decisão (de um poder de decidir) que se faz em nome do outro, no lugar do outro, e busca controlar o processo de representação desse outro inserindo-o na mesmidade universalizante. Tendo em vista essa abordagem mais geral, decorrente de minha trajetória de pesquisa, neste projeto específico tenho por objetivo operar com a noção de tradução na investigação de processos de “implementação” da reforma do ensino médio, com foco na noção de itinerário formativo. Tenciono investigar quais leituras serão (vêm sendo) feitas visando modificar a organização curricular; qual a relação que será (vem sendo) estabelecida com as comunidades disciplinares e com as identidades docentes construídas por meio das disciplinas, na medida em que o itinerário formativo é organizado por áreas de conhecimento; quais possibilidades serão (são) forjadas para que o diferir,

associado aos contextos locais e às trajetórias docentes, não seja bloqueado; quais bloqueios do diferir permanecerão (permanecem) operando; como redes globais de produção curricular vêm operando na tentativa de bloquear processos de diferir. Simultaneamente, investigo as questões teóricas relativas à tradução nas políticas de currículo, ao antagonismo e à resistência. Busco problematizar tanto a noção de antagonismo quanto a noção de resistência por meio da desconstrução e da teoria do discurso. Nesse sentido, procuro argumentar que tanto o antagonismo que se constitui entre os projetos de formação para o mercado e formação para cidadania no nível médio de ensino, quanto a ideia de resistência por parte dos docentes e das escolas são insuficientes para interpretar a trama de diferentes discursos articulados na política curricular para esse nível de ensino. Este projeto se articula com projetos de mestrados, graduandos e doutorandos que, sintonizados com as mesmas perspectivas teóricas, focalizam outros níveis e modalidades de ensino, bem como outros aspectos do currículo e da política curricular.

COORDENAÇÃO: ANA KARINA BRENNER
NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE VIDA DE JOVENS EM REFÚGIO NO RIO DE JANEIRO

O projeto de pesquisa busca compreender e revelar as trajetórias de vida, interfaces entre escolarização e refúgio e os percursos biográficos de jovens refugiados e solicitantes de refúgio residentes no Rio de Janeiro/Região Metropolitana. Foco será dado aos e às jovens (15 a 29 anos) atendidos no curso de Português com Refugiados realizado pelo PARES Cáritas RJ em parceria com a UERJ através da Cátedra Sérgio Vieira de Mello/ACNUR da UERJ. O fluxo de solicitantes de refúgio é marcado pela presença majoritária de venezuelanos e congoleses, mas há mais de 60 nacionalidades entre os refugiados e solicitantes de refúgio residentes no estado do Rio de Janeiro. São pessoas que falam muitas línguas, têm experiências de vida diversas produzidas por distintas culturas. Compreendendo a situação de refúgio como um desafio adicional a processos de individuação (Martuccelli, 2007, 2010, 2011 e Melucci, 2004), busca-se inventariar os desafios comuns percebidos por jovens refugiados/as e, ainda, se há e quais seriam os desafios comuns de ser jovem no Brasil, seja refugiado ou nacional. Pretende-se produzir, através de entrevistas narrativas com uso de dispositivos de imagens, conhecimentos sobre as culturas de origem em relação com a cultura do atual local de residência, sobre percursos escolares e os desafios de inserção de jovens refugiados no Rio de Janeiro. As entrevistas filmadas dão seguimento à trajetória já consolidada de produção de filmes de pesquisa da pesquisadora junto ao grupo de pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro e comporão um filme de pesquisa sobre modos de vida de jovens refugiados no Rio de Janeiro.

COORDENAÇÃO: ANNIE GOMES REDIG
O PROCESSO DE TRANSIÇÃO EDUCACIONAL PARA A VIDA INDEPENDENTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TEA EM UM MUNDO (PÓS)PANDEMIA

O advento da educação inclusiva apresenta desafios para a sociedade contemporânea, principalmente no que tange o momento pós-escola para os sujeitos com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista (TEA). A escola é uma etapa da vida do indivíduo que vai além do ensino de conteúdos acadêmicos, mas também o desenvolvimento de habilidades para a vida independente. Acreditamos que a escola precisa elaborar práticas que permitam ao aluno o desenvolvimento de habilidades para a vida independente e, nesse contexto, contemplar não somente o aprendizado de conteúdos acadêmicos, mas a autonomia e independência, inserção no mercado de trabalho, ensino superior, cursos profissionalizantes e demais áreas. Com o

surgimento da pandemia causada pela Covid-19, as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores, precisaram ser ressignificadas e consequentemente o processo de ensino-aprendizagem destes alunos foi afetado. Sendo assim, o presente projeto tem como objetivo analisar o processo de transição para a vida independente no itinerário formativo de jovens e adultos com deficiência intelectual e/ou TEA, levando-se em consideração o contexto (pós)pandemia da Covid-19. Para tal, será utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa nos pressupostos da pesquisa-ação e com a elaboração de cursos de formação continuada docente, protocolos de aplicação do Plano Individualizado de Transição e potencializar a voz dos sujeitos com deficiência intelectual e TEA.

COORDENAÇÃO: CÁTIA CRIVELANTI DE FIGUEIREDO WALTER
VAMOS CONVERSAR: O USO DE DISPOSITIVOS GERADORES DE FALA (DGF)
POR CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)

Atualmente a literatura destaca a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com necessidades complexas de comunicação, sendo um dos grandes desafios enfrentados pelos professores. O presente projeto tem como objetivo promover e avaliar os efeitos de um programa de formação continuada de professores do ensino regular no uso da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) com seus alunos com TEA. Para tanto, serão capacitados 100 professores: 50 professores do estado do Rio de Janeiro e 50 professores de outros estados no uso do programa PECS-Adaptado (WALTER, 2000, 2006), por meio do uso de um Recurso Educativo Digital (RED). A formação será realizada de forma online, por meio da plataforma Zoom. A metodologia será por meio de um estudo qualitativo, utilizando instrumentos prévios e na fase pós-intervenção do programa de capacitação. Também será avaliado seus efeitos no contexto escolar, avaliando o perfil comunicativo dos alunos com TEA no contexto escola, antes e após o uso da CAA. A relevância do estudo está condicionada em oferecer conhecimento e condições de uso da CAA pelos professores com seus alunos com necessidades complexas de comunicação; desenvolver as habilidades comunicativas dos alunos com TEA em sala de aula com seus professores e pares; proporcionar a autoavaliação, por meio da técnica de autoscopia, sobre as habilidades de comunicação, utilizando o PECS-Adaptado, no contexto escolar. As implicações do estudo sugerem ampliação dos conhecimentos dos professores sobre as diferentes formas alternativas de comunicação, na utilização da CAA como forma de ampliação do diálogo dos alunos sem fala funcional no contexto escolar.

COORDENAÇÃO: DILTON RIBEIRO DO COUTO JUNIOR
JUVENTUDES E EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: ENFRENTANDO A
HETERONORMATIVIDADE EM TEMPOS DE NECROPOLÍTICA

O projeto tem por objetivo mais amplo investigar as práticas culturais juvenis mediadas por tecnologias digitais, cartografando estratégias de resistência ao regime heterocentrado em tempos de necropolítica. O Projeto focaliza essas estratégias com ênfase nos marcadores sociais de gênero e sexualidade porque o contexto sociocultural brasileiro tem se revelado bastante violento e hostil para as/os jovens que integram as chamadas minorias sociais, de gênero e étnico-raciais. A cartografia online será o método adotado porque se constitui como uma possibilidade de experimentação teórico-metodológica que convida o/a pesquisador/a a analisar os acontecimentos sociais no contexto das dinâmicas ciberculturais. Este Projeto é relevante porque convida a olhar com mais atenção as experiências sociais das/dos jovens que ousam cruzar as fronteiras de gênero e sexo, (re-)existindo por meio da participação em processos colaborativos/interativos com outras/os internautas. Ademais, essas práticas culturais juvenis envolvendo os marcadores de

gênero e sexualidade, e que são mediadas por tecnologias digitais, trazem contribuições para o campo educacional no sentido que auxiliam a formular estratégias de resistência em prol do enfrentamento de práticas sexistas, LGBTfóbicas e racistas dentro e fora da escola.

COORDENAÇÃO: ELIZABETH FERNANDES DE MACEDO

CURRÍCULO, CULTURA E DIFERENÇA

O grupo desenvolve estudos sobre teoria do currículo, assim como sobre política curricular, amplamente entendida como políticas públicas promulgadas pelo Estado e nas escolas. Opera com inflexão pós-estrutural, dialogando com Stephen Ball, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Wendy Brown, Judith Butler, Homi Bhabha, bem como com Jacques Derrida. Em termos gerais, a política tem sido entendida como processos de significação que também produzem o contexto em que acontecem. Nesse sentido, os discursos políticos são assumidos, como sugere Brown, como uma normatividade performativa ou uma forma de governo com efeitos imprevisíveis. Os projetos desenvolvidos recentemente no grupo têm a ver, principalmente, com o fato de que, em 2017, o governo brasileiro ter exarado um currículo nacional obrigatório para também subsidiar testagens centralizadas em todo o país. Em quatro movimentos distintos, o grupo tem: (a) mapeado as redes das demandas em ação nesse processo, principalmente preocupadas com o crescimento de demandas conservadoras; (b) mapeado as redes ao longo das implementações em curso do currículo nacional ocorrendo nos níveis estaduais, especialmente a atuação da edubusiness durante esses processos; (c) refletido sobre os efeitos das políticas educacionais nacionais sobre as subjetividades de alunos e professores; e (d) trabalhado em colaboração com as burocracias estaduais, escolas e professores para produzir políticas públicas localizadas.

COORDENAÇÃO: FERNANDO ALTAIR POCAHY

ENVELHECIMENTO E (AUTO-)GOVERNO DA LONGEVIDADE NOS COTIDIANOS DA EDUCAÇÃO

A pesquisa problematiza modos de produção, marcação e (auto-)governo da diferença nas tramas discursivas do envelhecimento, desde suas articulações com o governo da longevidade. O eixo principal de trabalho investiga a incorporação aos currículos escolares e nas demais instituições de ensino de temas relacionados às desigualdades sociais e de marcação da diferença geracional (especialmente desde as orientações contidas no Estatuto do Idoso, Capítulo V – Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer). Nossos esforços de investigação partem da circunscrição, descrição e análise de artefatos, pedagogias e elementos enunciativos que associam essas encomendas/demandas para as políticas educacionais - em perspectiva de inclusão e transversalidade temática. Interessa ao estudo acompanhar os efeitos de produção de sentidos e subjetividades de tais interpelações nos/com os cotidianos. Os pressupostos ético-epistemológicos e metodológicos que sustentam nossas apostas acompanham problematizações pós-críticas em educação, a partir de miradas interseccionais.

COORDENAÇÃO: FLÁVIA BARBOSA DA SILVA DUTRA

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E AS DEMANDAS ATUAIS

Esse projeto propõe um estudo longitudinal e compreende uma pesquisa no campo sócio educacional com o objetivo de investigar como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) recebe e atende os estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas advindas do ingresso por cotas ou por ampla concorrência para o ensino superior, bem como

observar as nuances do convívio que permeiam sua trajetória acadêmica. As tentativas em atender a diversidade de estudantes nem sempre culminam em sucesso, de modo que sejam garantidos o acesso e a permanência com qualidade à educação. Nesse caso, fica evidenciada a necessidade de uma reforma de caráter geral, que pense nas estratégias para o ensino dos diferentes estudantes como parte integrante de um processo mais vasto de aperfeiçoamento na educação. Questionamos então que barreiras as pessoas com deficiências que frequentam a Universidade do Estado do Rio de Janeiro encontram, que comprometem sua verdadeira inclusão social, bem como, o pleno desenvolvimento de sua vida acadêmica. O presente estudo vinculado ao Laboratório de Inclusão e Diversidade (LID/UERJ) da Faculdade de Educação da UERJ em parceria com o Programa de Pós-graduação em Educação (PROPEd/UERJ) tem como objetivo promover acessibilidade pedagógica para os estudantes com deficiência da Universidade, a fim de proporcionar aos mesmos condições de permanência e aprendizagem equânimes no ensino superior. Já os objetivos específicos são: a. Analisar o itinerário formativo dos alunos com deficiência na UERJ, a partir das suas próprias percepções e experiências; b. Acompanhar a trajetória dos estudantes com deficiência para oportunizar os apoios e suportes necessários para a vivência acadêmica; c. Formar recursos humanos para atendimento aos estudantes com deficiência na Universidade; d. Realizar debates com a comunidade escolar sobre o tema inclusão escolar e diversidade; e. orientar a transição da academia para o mercado de trabalho, no caso dos estudantes concluintes. Isto posto, vislumbramos uma trajetória mais adequada e exequível tanto para esses estudantes, quanto para seus professores, além de todos os envolvidos no processo educacional.

COORDENAÇÃO: FLÁVIA FAISSAL DE SOUZA
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO, RELAÇÕES DE ENSINO E CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

A Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, embora tenha como foco a matrícula dos alunos com deficiência no ensino regular, tem seu desenho político focado no serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que deve ser ofertado no contra turno nas Sala de Recursos Multifuncionais. Contudo, na medida em que os alunos com deficiência estão matriculados no ensino regular, as políticas de Educação Básica que circulam e são atuadas no cotidiano escolar, também afetam as relações de ensino e as condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar os efeitos das políticas de Educação Básica e de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva nas relações de ensino e, conseqüentemente, nas condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência no ensino regular, considerando como as interpretações, traduções e atuações das políticas são vivenciadas pelos alunos com deficiência em uma escola de Ensino Fundamental I da rede pública de um município na Baixada Fluminense/RJ. Tal problemática, está ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos da perspectiva histórico-cultural, de L.S. Vigotski, em especial, a relação dialética entre o meio e a vivência/*perejivanie*, intrínseca a sociogênese do desenvolvimento humano; os estudos no campo da defectologia; e, as relações de ensino. Ainda, pressupondo a implicação da dimensão política do meio nos processos de escolarização e de desenvolvimento humano, propomos um diálogo com os estudos sobre as políticas educacionais do campo da sociologia de S. Ball e colaboradores, trazendo para o debate os conceitos e instrumentos analíticos de política, da abordagem do ciclo de políticas e da teoria de atuação em políticas. Para tal, serão analisados documentos que tratam das diretrizes políticas nacionais e locais; documentos que tratam das traduções e interpretações das políticas atuadas na escola; e, os registros da pesquisa com a escola, buscando dar visibilidade analítica a vivência dos alunos com deficiência nas relações de ensino no contexto de uma escola. Por fim, os dados construídos e sistematizados serão analisados de forma qualitativa à luz dos referenciais teórico- metodológicos

assumidos.

COORDENAÇÃO: JANE PAIVA

CENTRO DE REFERÊNCIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O projeto Centro de Referência e Memória da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos no Rio de Janeiro realiza-se a partir do Grupo de Pesquisa Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos, e tem por finalidade o desenvolvimento de ações visando à consolidação da área da educação de jovens e adultos, por meio da produção, conservação e disponibilização da memória passada e presente e recriação da história da educação popular e da educação de jovens e adultos. Suas ações se referem ao levantamento e à identificação, tratamento técnico (digitalização) e referenciado (segundo a Norma Brasileira de Descrição Arquivística), e organização de material didático e de demais documentos produzidos pelas ou sobre experiências brasileiras de educação popular e de jovens e adultos. O acervo resgatado terá duas destinações: uma física, sob a responsabilidade da Universidade que o abriga; outra virtual, disponibilizando online, em página web compartilhada por diversos projetos/programas, de maneira a permitir atualizações a partir de novos materiais coletados. Ao mesmo tempo, o acervo online e físico existente, da memória passada subsidiará ações de pesquisa e de ensino, presentes e futuras no campo, produzindo investigações sobre materiais, documentos e registros da área, reconstituindo a história de experiências e da ação de seus protagonistas em programas e projetos que alimentam/aram o campo. O acervo se oferece à consulta e subsídio a pesquisadores, professores e alunos de EJA, bem como de cursos de formação de professores na área. A memória resgatada e organizada em acervo documental integra-se a outros movimentos na mesma direção realizados por universidades de diferentes regiões do país e subsidiará pesquisas de diversas naturezas realizadas por universidades e outros centros de pesquisa no campo da história da educação popular e de jovens e adultos, especialmente.

COORDENAÇÃO: JANE PAIVA

MÍDIAS NA PESQUISA CONSTELAÇÕES ANALÍTICAS DO DIREITO À EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS HISTÓRICOS: REVELAÇÕES SENTIDOS E EFEITOS NA DIGNIDADE HUMANA

A proposta atual visa à continuidade do projeto anteriormente desenvolvido, com objetivos aqui expandidos, para que se possa evidenciar e produzir dispositivos de socialização e divulgação da ciência, nesta nova fase da pesquisa. Dá seguimento à perspectiva de compreensão de sentidos, emoções e sentimentos relatados por sujeitos jovens e adultos quanto às interdições sofridas para o exercício do direito à educação em qualquer fase de suas vidas. Essas emoções e sentimentos tomam em conta contextos históricos e políticas socioeconômicas, culturais e educacionais e mudanças que foram sendo produzidas complexamente na ordem das famílias, do trabalho e renda, da cidadania e nas questões da diversidade (de gênero, étnico-racial, de classe social). Esses elementos constelacionais, como até então vistos, impactam o princípio constitucional da dignidade humana. Para argumentar sobre os efeitos possíveis das diversas interdições do direito à educação e à escolarização vividas por grande parte da população brasileira — sujeitos de classes populares — puseram-se em teste as categorias analíticas de dor e de sofrimento ético-político (SAWAIA, 2009). Na continuidade ao que foi realizado até então, o atual projeto prevê a ampliação do corpus, trazendo novos sujeitos, suas vozes e expressões à cena da pesquisa, tanto com o método de entrevista até agora utilizado (KAUFMANN, 2013) como pela introdução de um grupo focal, para o qual serão convidados a participar sujeitos cujas entrevistas denotaram elementos capazes de serem aprofundados e

complexificados em outra situação de pesquisa. Para que esta pesquisa possa atender objetivos previstos e ainda não realizados in totum, propõe-se o tratamento de materiais audiovisuais obtidos durante a primeira etapa e os novos que advirão, com tecnologias digitais com a finalidade de apresentar, problematizar e dar vida às histórias desses sujeitos — histórias essas resultantes da desigualdade social. Por meio dessas histórias narradas poder-se-á compreender melhor, aprofundando, o que foi até aqui obtido, para conformar, na realidade atual, conceitos e princípios abstratos relacionados à interdição do direito à educação, a saber: dignidade humana; reconhecimento social; dor; sofrimento éticopolítico — além de outros que possam emergir dessa nova fase do estudo.

COORDENAÇÃO: JOSÉ GONÇALVES GONDRA
A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SABERES, PODERES E SUJEITOS (1808-1834) – FASE IV

A pesquisa focaliza a reflexão historiográfica em torno do período da história da educação brasileira que corresponde ao aparecimento da escola como forma privilegiada de intervenção no curso da vida, funcionamento da sociedade, gestão da população e nos processos de subjetivação. Trata-se, portanto, de privilegiar o estudo referente ao período que corresponde ao funcionamento do Estado Imperial e analisar as representações que vêm sendo forjadas a respeito deste período na historiografia da educação brasileira. Deste modo, pretende-se interrogar a presença dos sujeitos/instituições e as relações dos mesmos com a configuração de problemas, fontes e abordagens na escrita da história da educação brasileira, enfatizando, para tanto, o exame da escrita que recobre o período entre 1808 e 1834. De modo correlato, mas na direção invertida, trata-se de pensar o modo como as configurações referidas procuram instaurar determinadas tradições no que se refere à documentação, acervos e práticas de escrita e ensino de história da educação no Brasil e seus efeitos na formação dos profissionais da educação. Na fase atual da pesquisa dar-se-á sequência ao estudo de experiências nacionais de escrita da história da educação procurando, observar relações entre os projetos de emancipação, independência e recolonização com os processos de construção da nação e de formação do povo. O foco incidirá na experiência brasileira, entre 1808 e 1834, com incursões mais ou menos tópicas nos processos desenvolvidos em outros países dos continentes americano e africano, enfatizando as complexas mediações entre os jogos de saber, poder e protagonismos nos processos de instrução/educação e suas relações com os movimentos emancipatórios.

COORDENAÇÃO: LIA CIOMAR FARIA
HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E PROFISSÃO DOCENTE (ANOS 1960-1980)

O presente estudo busca identificar as marcas da produção cultural (anos 1970/1980) no processo de transição democrática brasileira, recuperando o cenário político da redemocratização. No caso em tela, o fio condutor será a formação cultural e as práticas políticas que inspiraram o professorado. Desta forma, discutindo o processo de construção do pensamento educacional naquelas décadas, em meio a suas contradições, identificando rupturas e permanências circulantes no imaginário docente. Ao analisar a participação de profissionais mais “engajados” na política e na cultura, o estudo pretende assinalar os possíveis impactos e vestígios presentes em suas falas e memórias docentes. Portanto, os objetivos da pesquisa apontam para o processo de construção de uma educação pautada em princípios democráticos e humanizantes. Nesse sentido, o estudo analisa a participação docente no campo político e cultural, assinalando os impactos e marcas provocados por tais práticas. Logo, o projeto em tela se

propõe a buscar vestígios do pensamento cultural e político que contribuiu para a formação da identidade do magistério luso-brasileiro.

COORDENAÇÃO: LISANDRA OGG GOMES
PROTAGONISMO NA INFÂNCIA E JUVENTUDE: TENDÊNCIAS CONTRÁRIAS E FAVORÁVEIS

A principal problemática desta pesquisa trata do conceito de protagonismo adotado pelos estudos da infância e estudos da juventude. O propósito é analisar, através de um estudo comparativo, e compreender como esse conceito passa a ser utilizado no discurso acadêmico para cada uma dessas gerações. Com base em minhas investigações anteriores a respeito das formas de participação das crianças na sociedade brasileira, uma ação social democrática aprendida e construída no decurso da prática, pretendo compreender: a) o significado do conceito de protagonismo tratado pelos estudos da infância e da juventude; b) a função e posição que a infância e juventude ocupam na estrutura da sociedade como categorias geracionais que em certas circunstâncias são de atuação e em outras de contemplação. Em uma perspectiva teórica-interpretativa serão investigados esse conceito e essas gerações a partir de suas tendências contrárias e favoráveis, isto é, a partir de um viés econômico, ideológico, político e de classe social, e também como ideia que abarca cidadania e direitos de crianças e jovens. Esse procedimento permite analisar e compreender de modo aprofundado o conceito de protagonismo e comparar seus usos de acordo com as gerações. Os resultados deverão lançar luz sobre a posição e função da infância e juventude na sociedade e contribuir, assim, para a ampliação do conhecimento científico e desenvolvimento e intervenção de políticas públicas de educação.

COORDENAÇÃO: LUIZ ANTONIO GOMES SENNA
PREDICAÇÃO E BILINGUISMO CULTURAL: PROPRIEDADES SINTÁTICO-FUNCIONAIS DO PROCESSO DE PREDICAÇÃO NA FALA, NA ESCRITA ALFABÉTICA E NAS LÍNGUAS DE SINAIS

A educação de surdos chega ao século XXI em busca da consolidação de um sofisticado processo de ensino- aprendizagem baseado no princípio da integração do sujeito às práticas sociais sem prejuízo de suas características individuais. Neste sentido, modelos de educação bilíngue bimodal têm sido amplamente discutidos e empregados em escolas especiais e regulares. Este projeto está associado aos esforços para o desenvolvimento deste modelo de educação do sujeito surdo, tendo por objeto as diferenças entre os modos de expressão da operação predicativa nos sistemas gramaticais da fala, da língua de sinais e da escrita alfabética. O estudo associa os modos de organização frasal a modos de representação de mundo e tem por objetivo descrever as diferenças entre as formas de distribuição sintática dos termos da operação de predicação nos três tipos de sistemas de expressão. Com os resultados, buscam-se recursos para caracterizar a produção do sujeito surdo em escrita alfabética como textos em que se apresentam traços de bilinguismo cultural. A pesquisa explora um inventário de categorias de predicadores verbais, derivado de pesquisa realizada no período entre 2009 e 2012, aplicando-o no processo de comparação e análise da estrutura frasal nos três tipos de sistemas de expressão em análise. [...] Os pesquisadores vinculados ao grupo de pesquisa Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais reconhecemos e prezamos o direito humano incondicional à identidade, à expressão e à representação; repudiamos toda e qualquer forma de intolerância, abuso ou violação do Estado democrático; somos um colegiado laico, cujo compromisso fundamental consiste na defesa da pessoa humana e sua preservação contra mecanismos, seitas ou grupos minoritários que pregam o ódio ou a exclusão.

COORDENAÇÃO: MAILSA CARLA PINTO PASSOS
NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS: REPRESENTATIVIDADE, ARTE E
POLÍTICA PARA ADESCOLONIZAÇÃO

O projeto de pesquisa “Narrativas de mulheres negras: representatividade, arte e política para a descolonização” tem como objetivo principal compreender as narrativas potencialmente descolonizadoras que circulam nos cotidianos dos ambientes educativos, especificamente aquelas produzidas por mulheres negras e os impactos dessas narrativas na emancipação de crianças e jovens afrobrasileiros e em seus processos identitários. É uma pesquisa que se desenvolve no campo do Cotidiano e que prevê a produção do conhecimento proposto a partir de um conjunto de oficinas realizadas em escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, de Salvador e de Vitória do Espírito Santo, cujo objetivo é compreender o impacto descolonizador dessas narrativas. Optamos assim por não “falar sobre” estas as mulheres, mas “entrar em diálogo” com elas, através de suas enunciações, ressignificando a lógica imposta pela ordem colonial. O presente projeto insere-se na trajetória de pesquisa do grupo de pesquisa, que tem se debruçado sobre questões relativas aos processos identitários e repertórios culturais das populações afrodiáspóricas numa perspectiva dialógica, na busca de uma ecologia de saberes e na construção de uma educação antirracista. O projeto tem ainda como base teórica os estudos da linguagem de Mikhail Bakhtin, a discussão sobre justiça cognitiva de Boaventura de Sousa Santos; além de autoras e autores que se dedicaram a estudar a ordem colonial e o silenciamento/invisibilização/apagamento dos saberes das populações negras e/ou originárias, tais como Frantz Fanon, Lélia Gonzales, Patrícia Hill Collins, Angela Davis, Walter Dignolo, Manuel Castells, Catherine Walsh.

COORDENAÇÃO: MARIA CELI CHAVES VASCONCELOS
ENTRE A LEGALIDADE E A LEGITIMIDADE DE ENSINAR: ASPECTOS
HISTÓRICOS DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DOMÉSTICA E SUA
CONTRIBUIÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Nos últimos anos, a mídia brasileira tem registrado um aumento significativo de famílias que optam pela educação doméstica, retirando os filhos da escola, embora existam inúmeras restrições legais a essa prática. Esse contexto de divergências impõe um debate para além das políticas educacionais, que revela a necessidade de se buscar na história da educação a gênese dos movimentos de escolarização, a partir do formato que, inicialmente, serviu como modelo ao nascente sistema de ensino escolar brasileiro, a educação doméstica, praticada ao longo de todo o século XIX, pelas famílias que podiam arcar com seus custos. Assim, a pesquisa em pauta se constitui em um estudo aprofundado sobre a educação doméstica, prática recorrente no Rio de Janeiro oitocentista, da qual faziam uso, notadamente, as famílias pertencentes às camadas mais favorecidas na estrutura social vigente. O objetivo central do projeto é, portanto, ampliar a investigação acerca deste fenômeno educativo, a educação doméstica, com a finalidade de evidenciar aspectos que possam contribuir com a discussão atual sobre a legalidade e a legitimidade dos espaços de educação, sob uma perspectiva histórica. Em um plano mais específico, o estudo pretende investigar a arquitetura dessa prática, os locais e como ocorria o seu funcionamento, o cotidiano de seus agentes, os manuais utilizados e a sistematização dos métodos de ensino, bem como os lugares onde foi majoritária em relação à escola instituída na Província do Rio de Janeiro. Espera-se, ainda, analisar a convivência entre as modalidades de ensino naquele tempo e contexto, verificando as circunstâncias que marcaram a progressiva transição “da casa para a escola” como espaço reconhecido de educação. No que se refere aos procedimentos

metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, histórico-documental, na qual será utilizado um repertório diversificado de fontes que denotam existência e a permanência da educação doméstica como uma modalidade de ensino, já adiantado o processo de escolarização da educação. Em meio às fontes documentais selecionadas para a pesquisa, destacam-se os periódicos, relatórios oficiais, a literatura da época, cartas de viajantes, egodocumentos, registros de testemunhos da memória daqueles que observaram e vivenciaram a educação doméstica. Com os resultados obtidos, o projeto tenciona contribuir não apenas para os estudos do campo da história da educação, mas trazer elementos para a discussão atual, na qual, um século depois da supremacia incontestável da escola na legalidade e legitimidade de ensinar, algumas questões se colocam diante das possibilidades trazidas pelas inovações tecnológicas, entre elas, a perspectiva e os limites da educação doméstica voltar a se constituir em uma modalidade instituída de educação.

COORDENAÇÃO: NILDA ALVES

CURRÍCULOS ‘PRATICADOS PENSADOS’ NOS COTIDIANOS – CRIAÇÕES CURRICULARES PARA ALÉM DA ESTRUTURA EM DISCIPLINAS

O presente projeto tem o interesse de, a partir das inúmeras redes educativas que todos formamos e nas quais nos formamos, compreender os processos pelos quais a estrutura dos currículos em disciplinas, por um lado, é afirmada como a única organização possível, e como, por outro lado, ações de docentes, em todos os níveis de ensino, de ações oficiais e de busca de pesquisadoras/pesquisadores vêm indicando outras possibilidades de articulação curricular. O projeto se desenvolve em dois movimentos: no primeiro, realizaremos cineconversas em torno de filmes que trazem os mundos das escolas em imagens e sons e de filmes que trazem a possibilidade de compreender as articulações entre Educação e Cultura, com docentes em serviço e em formação, nos municípios de S. Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Friburgo e Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, bem como com docentes em serviço na região da Serra, no Espírito Santo, e no município de Manaus, estendendo assim, o projeto, nacionalmente. No segundo movimento, serão realizadas conversas com docentes formadores de docentes em universidades públicas de diversos cursos: UERJ (câmpus Maracanã e S. Gonçalo); Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade do Estado do Amazonas. A pesquisa se dará em torno das seguintes ideias: as redes educativas e as múltiplas relações entre os tantos ‘dentrofora’ das escolas para ‘fazer pensar’ currículos; a tessitura de ‘conhecimentos significações’ em currículos; os processos curriculares como sempre em mudanças, fazendo-nos pensar em ‘currículos migrantes’; imagens, sons e narrativas como “personagens conceituais”; as ‘conversas’ como lócus central dos processos de pesquisa. Os autores com os quais ‘conversaremos’ continuam a ser: Certeau, Deleuze, Guattari e Maturana, bem como autores brasileiros e latino-americanos que com eles trabalham, desenvolvendo pesquisas dentro da corrente a que chamamos pesquisas nos/dos/com os cotidianos e com aspectos das áudio-visualidades. Lembramos ainda que, em todo o processo, nas ações no campo da Educação, existe sempre, uma articulação entre Ética, Estética e Política.

COORDENAÇÃO: RAQUEL GOULART BARRETO

POLÍTICAS DE SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA: DO TRABALHADOR À ESCOLA PÚBLICA?

Este projeto está centrado no movimento de expansão de um modo específico de incorporação educacional das tecnologias da informação e da comunicação (TIC): o que as concebe em lugar

dos processos historicamente constituídos. Formular a noção de “substituição tecnológica” permitiu superar as abordagens restritas ao *modus operandi* das propostas, remetendo à expropriação do trabalho docente, seja ela total, como no ensino à distância (EAD), seja parcial, pela utilização intensiva, muitas vezes imposta pela avaliação, de materiais de ensino relexicalizados como “objetos de aprendizagem”. O movimento atual sugere a extrapolação do trabalho docente, adquirindo dimensão institucional. Os atuais discursos das políticas educacionais, capitaneados pelo empresariado, como em “Todos pela educação”, são constituídos por um suposto filantropismo, sugerindo que a precariedade das escolas possa ser vista como obstáculo contornável pela intervenção das grandes plataformas (GAFAM: Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft). Do “ensino remoto emergencial”, a tendência tem sido a de defender o “ensino híbrido”, em um enredo de simplificações que atingem diretamente a escola pública. Este movimento, expresso por aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos, é a hipótese de trabalho que sustenta o presente projeto.

COORDENAÇÃO: RITA DE CÁSSIA PRAZERES FRANGELLA

PROJETO: CURRÍCULO, CULTURA E INFÂNCIA: POLÍTICAS CURRICULARES PARA A ALFABETIZAÇÃO EM TEMPOS DE PNA.

O projeto em tela se desdobra e dá continuidade a pesquisas que venho desenvolvendo que problematizam a produção curricular para a infância, com ênfase especial às questões relativas à alfabetização e formação de alfabetizadores. (Frangella, 2015; 2018; 2019). A partir de uma perspectiva discursiva pós-estrutural, toma-se o discursivo como foco, objetivando investigar os significados articulados que permitem a produção de políticas de currículo para infância e alfabetização: não se trata de buscar um significado em si – o que é, nem de valoração/hierarquização que aponte que significado deveria ser. Trata-se de pensar a produção de formações discursivas como movimento resultante de articulações, deslocamentos, disputas no social, o que se dá em diálogo com a Bhabha, Derrida e Laclau. A pesquisa objetiva discutir sentidos que se depreendem da articulação de diferentes políticas educacionais que focalizam a alfabetização, na articulação com a Política Nacional para Alfabetização (2019), lançada pela Ministério da Educação e na própria reestruturação do mesmo com a criação da Secretaria de Alfabetização (SEALF), indicando a centralidade da temática no âmbito da proposição de políticas curriculares para infância, alfabetização e a formação dos educadores infantis e alfabetizadores. Destaca-se no texto da política como na própria organização da SEALF a fundamentação em evidências científicas provenientes das ciências cognitivas. Essa marcação instaura um movimento de absolutização de uma dada perspectiva, de um determinismo mecanicista que estabelece como ciência válida apenas uma dada perspectiva. A ênfase dada à questão das evidências científicas é potente na construção discursiva das propostas delineadas pois as dotam de uma qualificação que asseguraria sua eficácia atrelada a prova científica. Busca-se então problematizar a noção de evidência científica que perpassa as políticas curriculares propostas, pondo em debate perspectivas epistemológicas e a significação da ciência como verdade, numa leitura desconstrutiva, bem como os usos discursivos dessa “evidência” como definidora precípua de qualidade/verdade; intenta discutir que sentidos de currículo, formação e docência são instituídos no rastro do desenvolvimento de uma política pública nacional para infância e alfabetização e suas estratégias de hegemonização.

COORDENAÇÃO: RITA RIBES PEREIRA

INFÂNCIAS, INSURGÊNCIAS E COEXISTÊNCIAS: ESCRITAS DE PESQUISA E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

O Projeto “Infâncias, insurgências e coexistências: escritas de pesquisa e popularização da ciência” dá continuidade ao Projeto anterior – “Fisiognomias da infância: experiências cotidianas, alteridades, deslocamentos” –, cujo objetivo principal foi o de indagar como as experiências da infância se mostram aos pesquisadores em seu cotidiano. A metodologia se ateve à observação de cenas cotidianas que nos afetaram em diferentes contextos, registradas e divulgadas sob forma de crônicas. Nossa intenção com o presente projeto é dar prosseguimento a esse trabalho de campo, agora buscando aprofundamento teórico para a construção de uma análise crítica das problemáticas que essas cenas cotidianas da infância exigem. Politizar as diferentes formas das crianças habitarem e participarem da vida social – onde e quando são vistas, desejadas, incômodas, toleradas, proibidas. Par a par com as infâncias que “se mostram”, interessa-nos estar atentos, sobretudo, àquelas que permanecem invisibilizadas neste contexto histórico-político de desigualdade social. Para tanto entendemos ser necessário substanciar nossos estudos em epistemologias não coloniais sensíveis às coexistências e às insurgências infantis, bem como criar escrituras de pesquisa comprometidas com a popularização da ciência e com a ampliação dos debates sociais sobre a infância. Acompanham-nos nesta empreitada autores como Walter Benjamin, Mikhail Bakhtin, Aníbal Quijano, Achille Mbembe, Catherine Walsh, Marielle Macé, Antônio Cândido, Conceição Evaristo e Lúcia Rabelo de Castro.

COORDENAÇÃO: ROSANA GLAT

VIVÊNCIAS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Apesar da inclusão escolar ser uma política pública consolidada em nosso país nas redes públicas e privadas, alunos com deficiências e outras necessidades educacionais especiais ainda encontram diversas barreiras para sua efetiva participação, desenvolvimento acadêmico e aprendizagem no âmbito do ensino comum. Estudos anteriores analisaram o processo de inclusão e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, focando as políticas institucionais, práticas pedagógicas e a cultura escolar em diferentes redes e escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro. A metodologia básica dessas pesquisas foi o estudo de caso tipo etnográfico com base em observações de campo, entrevistas com educadores e análise de documentos. Entendendo que políticas e práticas de inclusão são operacionalizadas e direcionadas a pessoas reais em suas inter-relações nos diferentes espaços sociais, e que os sujeitos que as vivenciam são as mais importantes fontes de dados, a presente pesquisa se volta para analisar os impactos da experiência de inclusão escolar no processo de aprendizagem, socialização e autopercepção de alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Básica, a partir de seus relatos pessoais. Espera-se que os dados obtidos revertam em indicadores para desenvolvimento e avaliação de políticas e propostas educacionais mais bem direcionadas à demanda específica e expectativas deste alunado.

COORDENAÇÃO: ROSANNE EVANGELISTA DIAS

DEMANDAS SOBRE DESEMPENHO DOCENTE PRODUZINDO POLÍTICAS DE CURRÍCULO PARA A IBEROAMÉRICA

Esta investigação se insere no contexto em que a Iberoamérica mobiliza diversos recursos desde a primeira década do século XXI na construção de consensos com os países da região na intenção de produzir e influenciar políticas de currículo que superem o quadro de desigualdade na educação básica. Entre os anos de 2008 e 2016, a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI publicou uma série de textos políticos que fez circular diversas ideias que buscavam equalizar os problemas verificados forjando o Programa Metas Educativas 2021: la educación que

queremos para la generación de los Bicentenarios. No ano de 2015, durante a Conferência Mundial das Nações Unidas reunida com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, a região alterou sua agenda para atingir as Metas previstas em 2021 para o ano de 2030, no âmbito da Agenda da Educação 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesses consensos, a docência assume relevância na produção do período na defesa de novos currículos para a formação e o trabalho docente como fator que contribui para o bom desempenho da educação. Desse modo, demandas são produzidas e articuladas discursivamente significando modos de controlar o currículo da formação e da atuação docente destacando o desempenho como estratégia que pretende garantir a qualidade da educação. Pretendemos analisar as demandas sobre o desempenho nas políticas de currículo para a docência na Ibero-américa apoiada na abordagem teórico-metodológica da teoria do discurso (TD) de Laclau e Mouffe, destacando os processos de articulação discursiva e os sentidos para o significativo desempenho nos textos políticos que pretendem por em marcha as políticas para a formação e o trabalho docente. Entre os textos selecionados para este trabalho apontamos as seguintes publicações: Proyecto Estratégico Regional sobre Docentes: Centro de Estudios de Políticas y Prácticas en Educación (CEPPE) da OREALC/UNESCO e Miradas sobre La Educación en Ibero-américa: Desarrollo profesional docente y mejora de la educación. Tencionamos interpretar as produções de políticas na região focalizando destacadamente a experiência dos seguintes países como o Brasil, o Chile, a Colômbia e o México que vem apontando como emblemáticos para a compreensão das relações entre o currículo e o desempenho no desenvolvimento curricular para a docência, no período de 2000 a 2020.

COORDENAÇÃO: ROSEMARY DOS SANTOS

DOCÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE: PRÁTICAS E PROCESSOS DA CIBERCULTURA COMOPROPOSIÇÃO/CRIAÇÃO DE AMBIÊNCIAS FORMATIVAS EM REDES EDUCATIVAS

O projeto pretende investigar como a mobilidade, a ubiquidade e a convergência de mídias em suas múltiplas linguagens presentes nos cotidianos podem inspirar práticas docentes em redes educativas no contexto formal/informal da universidade e da escola básica contribuindo para a formação de professores na atual fase da cibercultura. A cibercultura é a cultura contemporânea estruturada pelo uso das tecnologias digitais em rede nas esferas do ciberespaço e das cidades (SANTOS, 2014). Em sua fase atual vem se caracterizando pela convergência dos dispositivos e redes móveis e pela emergência dos artefatos culturais no ciberespaço e nas cidades. Nesse contexto, interessa-nos compreender como a criação de ambiências formativas podem contribuir para a formação de professores em situações de aprendizagem formais e não formais. Optamos pela bricolagem da Ciber-pesquisa formação Multirreferencial e as Pesquisas com os Cotidianos por contemplarem como campo de pesquisa os espaços de atuação do professor-pesquisador. A pesquisa prevê como resultados: a) privilegiar a docência e as novas redes educativas; b) pensar a formação de professores na cibercultura, do ponto de vista das pesquisas dos cotidianos, das práticas pedagógicas e da própria pesquisa acadêmica; c) contribuir com a formação dos professores da Educação Básica e com a produção científica no campo da Educação; d) sistematizar a criação de ambiências formativas articulando o espaço da universidade e das redes sociais criando redes de docência e aprendizagem.

COORDENAÇÃO: SIOMARA BORBA

PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: ASPECTOS DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA QUALIFICADA

Nosso objeto de pesquisa é a própria pesquisa em educação. A partir desse objeto, algumas questões são apresentadas. Essas questões, de modo geral, giram em torno de dois eixos centrais: o processo de institucionalização da pesquisa em educação no Brasil e o debate teórico-metodológico. Na atual pesquisa, na perspectiva do debate teórico-metodológico, buscamos caracterizar a produção bibliográfica registrada pelos participantes dos Programas de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), avaliados com a nota 7 (sete), na avaliação quadrienal, 2013 – 2016, realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes). A partir dos relatórios da última avaliação dos programas de pós-graduação, buscamos, na Planilha de Indicadores da Produção Bibliográfica de cada um desses programas, sua produção bibliográfica. Para analisar essa produção e chegarmos à definição de aspectos gerais, mas centrais, à produção bibliográfica, definimos 03 variáveis: tema, referências de trabalho e procedimentos de trabalho. A partir da leitura dos artigos publicados em periódicos qualificados, interrogaremos quais temas, quais referências de trabalho e quais procedimentos de trabalho caracterizam essa produção qualificada. Considerando essas interrogações, o objetivo da atual pesquisa é identificar e analisar os temas, as referências de trabalho e os procedimentos de trabalho, com base nas informações coletadas e na sistematização dos dados, para indicar os aspectos gerais que marcam a produção bibliográfica qualificada. O material empírico da pesquisa é constituído por 263 artigos publicados em periódicos nacionais, em língua portuguesa, com foco na educação, Qualis A1, registrados como produção bibliográfica pelos docentes, discentes e egressos dos programas de pós-graduação nota 7, avaliação quadrienal, 2013 – 2016. A partir dos resultados da pesquisa, será possível termos um desenho das produções bibliográficas qualificadas do quadriênio. Através desse desenho, será possível, de alguma forma, contribuir para o debate sobre a formação de pesquisadores em educação

COORDENAÇÃO: TALITA VIDAL PEREIRA
SE O CURRÍCULO NÃO TEM FUNDAMENTOS FIXOS. SE APRENDER É ACONTECIMENTO, COMO AVALIAR?

Este estudo é proposto como possibilidade de pensar a avaliação da e para as aprendizagens a partir de aportes pós-estruturalista e pós-fundacionalista. Trata-se de assumir uma perspectiva discursiva para problematizar a articulação conhecimento-currículo-avaliação sustentada em bases realistas que favorecem a sedimentação de sentidos de escolarização que orientam as práticas avaliativas nas escolas. No estudo o conhecimento é assumido como produção discursiva que se processa no campo de disputas pelo poder. Uma compreensão de conhecimento que sustenta a concepção de currículo como espaço-tempo de enunciação cultural. A partir dessas reflexões o aprender é assumido como processo singular de subjetivação que não pode ser definitivamente controlado ou submetido a regras definidas a priori. O aprender como acontecimento derridiano, como aquilo que escapa às tentativas de calculabilidade. O desafio então é pensar a avaliação como ação pedagógica necessária, mas sempre arbitrária e contingente. Ação que para ser justa, não deve se contentar com a aplicação das normas ou regras existentes, mas assumir o risco absoluto, em cada situação singular de aprendizagem. Essas reflexões orientam a pesquisa empírica de natureza qualitativa que elege as narrativas de licenciandas em Pedagogia como material empírico a ser investigado com o objetivo de identificar sentidos de avaliação escolar articulados nas narrativas sobre a avaliação desses sujeitos em seus processos de formação. Compreender se, e como, sentidos realistas de conhecimento organizam essas narrativas que são tomadas como processo de ressignificação da experiência vivida, implicadas nas relações com o outro e carregadas de significados. Ou seja, também são parte dos processos de subjetivação.

COORDENAÇÃO: WALTER OMAR KOHAN
UMA PEDAGOGIA MENINA DA PERGUNTA: PRINCÍPIOS, SENTIDOS E DESDOBRAMENTOS

A pedagogia menina da pergunta não é nem procura um método, mas está atenta a princípios e sentidos para educar. Eis o horizonte de um plano de trabalho que continua e projeta aprendizados na leitura de Paulo Freire para pensar o presente tão difícil e complexo da educação brasileira e, mais especificamente, os princípios e sentidos políticos de quem ocupa a posição de educar. A pedagogia menina da pergunta não diz respeito a uma questão didática ou metodológica mas a uma questão filosófica: a dos princípios e sentidos para educar. É essa dimensão filosófica que problematizaremos e tentaremos elucidar.

ANEXO III

INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS

1. Em cumprimento às Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de Pós-graduação, Mestrado, Doutorado e Especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas em cada área de concentração, distribuídas pelos seguintes grupos:

- a) 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígenas;
- b) 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
- c) 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

Conforme artigo 5º da Lei, suas disposições aplicam-se no que for cabível.

2. A **condição socioeconômica é fator principal** do sistema de cotas. Em conformidade com as Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, entende-se por:

- a) Carente: aqueles que possuem renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio.

Para efeito do cálculo da renda per capita, será utilizada a renda bruta de todos os membros que moram no domicílio informado em questionário socioeconômico, dividido pelo número de pessoas.

- b) negro e indígena: aquele que se autodeclarar como negro ou indígena;
- c) estudante carente graduado da rede privada de ensino superior: aquele que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou qualquer outro tipo de incentivo do governo;
- d) estudante carente graduado da rede de ensino público superior: aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível socioeconômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores socioeconômicos utilizados por órgãos públicos oficiais;
- e) pessoa com deficiência: aquela que atender às determinações estabelecidas na Lei Federal nº 7.853/1989 e Decretos Federais nº 3.298/1999 e nº 5.296/2004;
- f) filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço: aqueles que apresentarem a certidão de óbito juntamente com a decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço ou a decisão administrativa que reconheceu a incapacidade em razão do serviço, além da fotocópia autenticada do Diário Oficial com as referidas decisões administrativas.

3. O candidato às cotas reservadas para estudantes negros e indígenas, em caso de declaração falsa, estará sujeito às sanções penais previstas no Decreto-lei nº 2.848/1940, Código Penal (artigos 171 e 299), administrativas (nulidade da matrícula, dentre outros) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ.

4. Caso deseje concorrer pelo sistema de cotas estabelecido na Lei Estadual nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

- a) Optar por um único grupo de cotas no requerimento de inscrição
- b) preencher, de acordo com as instruções específicas disponíveis:

http://www.sr2.uerj.br/depg/download/cca/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf

b.1) O Formulário de Informações Socioeconômicas:

http://www.sr2.uerj.br/dep/dep/download/cca/Questionario_Socioeconomico_2016.doc

encaminhar com documentação comprobatória na data prevista no item 7.2 (CALENDÁRIO RELATIVO AOS PROCESSO DE INGRESSO PELO SISTEMA DE COTAS), por e-mail específico que será encaminhado pela Comissão de Seleção do Doutorado aos candidatos que tiverem seus projetos aprovados para a etapa de arguição.

b.2) O Formulário de opção de cotas:

http://www.sr2.uerj.br/dep/dep/download/cca/Formulario_Opcao_de_Cotas.doc

Encaminhar com documentação comprobatória na data prevista no item 7.2 (CALENDÁRIO RELATIVO AOS PROCESSO DE INGRESSO PELO SISTEMA DE COTAS), por e-mail específico que será encaminhado pela Comissão de Seleção do Doutorado aos candidatos que tiverem seus projetos aprovados para a etapa de arguição.

A conferência e avaliação da documentação serão realizadas pelas comissões de Análise de Cotas UERJ.

5. A documentação para análise de cotas, constando o nome do candidato e do Programa, deverão ser encaminhadas no período estabelecido no item 7.2 (CALENDÁRIO RELATIVO AOS PROCESSO DE INGRESSO PELO SISTEMA DE COTAS) por e-mail específico que será encaminhado pela Comissão de Seleção do Doutorado aos candidatos que tiverem seus projetos aprovados para a etapa de arguição dos projetos.

6. A documentação para análise de cotas, constando o nome do candidato e do Programa, deverão ser entregues no período de inscrições estabelecido no Calendário Relativo ao Processo de Ingresso pelo sistema de cotas, por e-mail específico que será encaminhado pela Comissão de Seleção do Doutorado aos candidatos que tiverem seus projetos aprovados para a etapa de arguição dos projetos.

7. Caso as vagas destinadas aos cotistas não sejam preenchidas, serão utilizadas para a seleção em livre concorrência. Igualmente, as vagas dos candidatos indeferidos no processo de avaliação de cotas serão repassadas automaticamente para a ampla concorrência.

8. Da Comissão de Análise Socioeconômica da Pós Graduação Stricto Sensu:

A comissão é composta por Assistentes Sociais para verificar se os candidatos optantes pelo Sistema de Reserva de Vagas por Cotas a Pós-Graduação Stricto Sensu se enquadram na condição de carência nos termos da lei, observados os requisitos previstos.

A análise abrange:

- Conferência de formulário socioeconômico com a documentação que o acompanha conforme explicitado em manual do candidato
- Verificação se a renda per capita se ajusta ao patamar de carência definido em lei
- Se necessário, será realizada entrevista individual com o candidato, respeitando-se o sigilo profissional

9. Da Comissão de Análise de Opção de Cotas da Pós Graduação Stricto Sensu:

A comissão é composta por Pedagogos, Médicos, Advogados e Técnico-administrativos e terá como razão:

Verificar se os candidatos optantes pelo sistema de reserva de vagas para as cotas de negro, indígena, estudantes oriundos de rede pública de ensino ou de rede particular beneficiário de bolsa de estudo de Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, do Programa Universidade para Todos – PROUNI ou qualquer outro tipo de incentivo do governo, portadores de deficiência ou filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço, atendem às exigências legais e aos requisitos previstos.

DO RECURSO – Segundo o Manual do Candidato:

O candidato que não concordar com o indeferimento proferido poderá solicitar recurso.

Nesta etapa, o candidato poderá anexar documentos, no prazo, local e horário estabelecidos no calendário.

Não caberá recurso, caso o candidato não tenha encaminhado toda a documentação comprobatória exigida pelo sistema de cotas.

Em nenhuma hipótese, será admitida interposição de recurso e entrega de documentação fora do prazo estabelecido no calendário.

Os recursos encaminhados serão analisados, o indeferimento poderá ser mantido ou alterado, não havendo possibilidade de novo recurso.